



Relatório INSP-2019-0183

BI-2019-0226

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 25/10/2019 **Hora:** 10h00 **Tipo:** Denúncia (DEN-2019-0109)

Motivo da inspeção: Extraordinária

Inspetor responsável: Luís Machado

Outros inspetores da IRA: -

Descrição da inspeção:

Averiguação de uma denúncia relativa à deposição/abandono de resíduos num terreno particular.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade infratora

Firma/nome: Carlos Viveiros - Aluguer de Camionagem, Sociedade Unipessoal, Lda. **NIPC/NIF:** 512071900

Sede/morada: Beco Francisco Afonso, n.º 3

Código Postal: 9500-366

Freguesia: Arrifes

Concelho: Ponta Delgada

Ilha: São Miguel

1.3 – Local inspecionado

Nome: Terreno Privado

Endereço: Canada das Murtas s/n

Código Postal: 9500-601

Freguesia: Rosto de Cão (São Roque)

Concelho: Ponta Delgada

Ilha: São Miguel

Coordenadas: 37° 46' 25,25" N; 25° 36' 54,66 " W



Figura 1.1: Localização do terreno inspecionado.

2 – Situação observada

Após contactar com o responsável do terreno onde foram depositados resíduos diversos, nomeadamente RCD: madeiras, madeiras aparentando estar contaminadas com térmitas e outros, desloquei-me ao local.

Foi possível verificar a existência de resíduos depositados/abandonados em diferentes locais do terreno e de diferentes tipologias, nomeadamente RCD: betão (170101); madeiras (170201); plásticos (170203); mistura de resíduos (170107) e um aparelho de televisão (200135*).





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE





Figuras 2.1 a 2.12: Resíduos abandonados/depositados no terreno.

O terreno é propriedade da Segurança Social e o Sr. Carlos Alberto dos Santos Pereira Raposo e um amigo é que são responsáveis pela manutenção do mesmo, local onde se realizam torneios de Paintball e AirSoft.

Referiu que os resíduos foram depositados quando o portão de acesso ao terreno esteve aberto. No entanto existiram mais descargas de resíduos posteriormente, sendo que acederam por outro acesso ao terreno que não se encontrava vedado (agora já dispõe de barreiras físicas). Em conversa com o Sr. Carlos sobre a possível origem dos resíduos abandonados no terreno ele referiu que seria de uma obra de uma moradia localizada perto do local (coordenadas constantes da reclamação) e que também tinha feito queixa à GNR sobre essa situação e que eles através de documentação encontrada junto dos resíduos tinham identificado a obra de origem dos mesmos.

Após sair do local contactei telefonicamente com o Cabo David Santos da GNR/NPA que me confirmou que já tinham um processo a decorrer e que até já tinham levantado um auto de notícia à empresa transportadora dos resíduos. Segundo a GNR/NPA, a origem dos resíduos não foi a obra identificada pelo reclamante (estiveram na mesma e verificaram que os resíduos produzidos nessa obra foram devidamente encaminhados para OGR licenciado), mas sim de uma obra de uma moradia antiga em Ponta Delgada (através de documentação e faturas existentes junto aos resíduos chegaram à morada da mesma). Identificaram a empresa transportadora e levantaram-lhe o competente Auto de Notícia n.º 220300530 1023/2019, de 16 de outubro.

Estão a aguardar que os mesmos procedam, e comprovem, a limpeza, bem como o correto encaminhamento dos resíduos indevidamente depositados no terreno.

Verificou-se a existência de antecedentes na GestIRA, tendo sido possível verificar a existência de uma Auto de Notícia (AUT-2019-0103) levantado pelos Vigilantes da Natureza em 27 de fevereiro de 2019, pela mesma infração.



3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

- a) O Incumprimento do dever de encaminhar os resíduos não perigosos para locais licenciados para a realização de operações de gestão de resíduos, em violação do disposto no n.º 4 do artigo 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, constitui contraordenação ambiental grave prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 229.º do mesmo diploma, sendo punível nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de 12.000 € a 216.000€.
- b) O abandono ou descarga de resíduos perigosos em instalações ou locais não licenciados para a realização de operações de gestão de resíduos perigosos, constitui contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea a) do n.º 3 do artigo 229.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro é punível nos termos do n.º 4 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de 24.000 € a 5.000.000€.

4 – Indicações e medidas adotadas

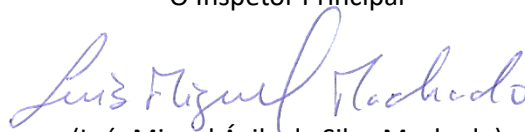
Considerando que a empresa é reincidente, tendo mesmo sido referido no Auto de Notícia levantado pelos Vigilantes da Natureza (AUT-2019-0103) que o motorista, da viatura que procedeu à descarga dos resíduos em local não licenciado, afirmou que tinha recebido ordens do patrão para o fazer.

Considerando que apesar de advertido pela GNR/NPA para proceder à recolha e limpeza dos resíduos descarregados no local acima identificado em 1.3, não o efetuou.

Proponho que se proceda à instrução do Auto de Notícia já registado (AUT-2019-0103) com o agravante da empresa ser reincidente, como o comprova o Auto de Notícia da GNR/NPA

Ponta Delgada, 25 de novembro de 2019

O Inspetor Principal


(Luís Miguel Ávila da Silva Machado)